



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

138ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Data: 17 de maio de 2023, 08h30

Local: Auditório 01 do IBAMA, Edifício do IBAMA Sede, Brasília/DF

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. ABERTURA DA REUNIÃO

A reunião foi iniciada às 09h30 com a fala da Diretora do DSisnama, Marcela Moraes, informando ser a 200ª reunião plenária do Conama, somadas reuniões ordinárias e extraordinárias. Durante a abertura foi exibido um vídeo com fotos de reuniões do Conselho e com trilha sonora da Rita Lee, em homenagem à cantora recentemente falecida e reconhecidamente uma defensora das causas ambientais.

Foram então convidados a compor a mesa de abertura: o Secretário-Executivo do Conama, João Paulo Capobianco; o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Marcio Macedo; o Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; o Ministro da Advocacia Geral da União, Jorge Messias; e a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, Presidente do Conselho. Foi informado que o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Hermann Benjamin, se encontrava a caminho e comporia a mesa ao chegar.

O Secretário-Executivo do Conama, João Paulo Capobianco, cumprimentou a todos e ressaltou a importância daquele momento de retomada dos trabalhos do Conselho Nacional do Meio Ambiente, depois de quatro anos de desmonte. Disse que a presença dos Ministros era uma demonstração da relevância que o governo federal confere ao Conama e que o Presidente Lula, em seu primeiro ato assinado como Presidente da República, determinou que o Conselho fosse recomposto, para que pudesse voltar a desempenhar seu papel histórico e relevante.

A Ministra Marina Silva lembrou que o Conama é um dos conselhos mais antigos da República, criado pelo professor Paulo Nogueira Neto. Agradeceu a todos as presenças e também enfatizou que a presença dos Ministros naquela reunião era uma demonstração do compromisso do governo com a retomada do Conama. Afirmou que a volta do Conama envolve duas diretrizes claras da gestão do Ministério: a do controle e participação social e a do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Sublinhou que esta volta se dá em um contexto em que o



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

governo assume a política ambiental como transversal, com 19 Ministérios incorporando a agenda de sustentabilidade.

2. POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS

Após a abertura oficial da reunião, a Presidente do Conselho, Ministra Marina Silva, deu posse aos novos conselheiros, conforme as Portarias GM/MMA nº 467, de 5 de maio de 2023 e nº 496, de 16 de maio de 2023.

3. DEBATE: OS DESAFIOS DO CONAMA NO CONTEXTO DE RETOMADA DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS BRASILEIRAS

- **Ministro Marcio Costa Macedo (Secretaria-Geral da Presidência da República)** – Destacou a importância do momento de retomada da vida democrática e da participação social no Brasil, bem como de retomada do Conama, que tem suas impressões digitais em toda a política de meio ambiente do país. Afirmou que o compromisso ambiental é uma prioridade do governo e do Presidente Lula, e que estamos diante de uma oportunidade única, com o Brasil voltando a liderar esse debate internacional, e podendo ser o grande *case* do debate da mudança climática.
- **Ministro Jorge Messias (Advocacia Geral da União)** – Reconheceu a importância do trabalho dos servidores da área ambiental, sem o qual o retrocesso teria sido muito maior. Afirmou que o Conama é o instrumento de gestão por excelência para garantir que o Brasil faça a sua parte na luta pela defesa do meio ambiente e contra as mudanças climáticas. Enfatizou a importância da participação da sociedade civil para fazer valer as políticas públicas de meio ambiente, por meio do controle social. Colocou a Advocacia Geral da União à disposição para colaborar.
- **Ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República)** – Falou sobre a responsabilidade que os novos conselheiros assumem com a recriação do Conselho, após um período marcado inclusive por violências. Lembrou do seu primeiro contato com o Conama, quando em 2001 uma resolução do conselho teve papel decisivo no combate à malária na Amazônia, com a exigência de estudos de impacto ambiental e sanitário para novos assentamentos. Se colocou à disposição para contribuir no diálogo com o Congresso, com os diversos entes federativos e ressaltou a importância do Conama dialogar com o Conselho, que ganhou um “S” nesta gestão, passando a se chamar Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável.
- **Ministro Hermann Benjamin (Superior Tribunal de Justiça)** – Lembrou que antes de se tornar Ministro do STJ foi conselheiro do Conama, por mais de 10 anos. Saudou os servidores do



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

sistema ambiental brasileiro, ressaltando que os últimos anos mostraram que o IBAMA e o ICMBio são instituições de Estado, e não de governo, que precisam ser valorizadas e respeitadas.

O Ministro evidenciou que o Conama se reúne agora por determinação da Corte Constitucional. Ao contrário do que se imaginava, que deixaria de existir, o Conselho teve sua legitimidade constitucional reconhecida por unanimidade no Supremo Tribunal Federal, recebendo a chancela não somente como porta-voz da legislação infraconstitucional, mas como vocalização direta do art. 225 da Constituição Federal.

Mencionou as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 747, 748 e 749, ressaltando trechos da primeira: *“A mera revogação de normas operacionais fixadoras de parâmetros mensuráveis ao cumprimento da legislação ambiental, sem sua substituição ou atualização, compromete a observância da Constituição, da legislação vigente e de compromissos internacionais”*. Enfatizou que por esta interpretação do STF, quando o Poder Público revoga atos do Conama, está praticando autêntica situação de degradação de ecossistemas essenciais.

Sugere que o Conama, com o poder que adquiriu, pense em ter, além de um Regimento Interno, um Código de Ética. Isso contribuiria para evitar riscos à reputação do Conselho e seria uma demonstração de sua maturidade e de sua centralidade constitucional agora reconhecida pelo STF.

- **Adalberto Maluf (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** - Destacou que os desafios das crises climáticas, da biodiversidade, da qualidade do ar e da qualidade de vida impactam as pessoas nas cidades. Sobre as sugestões de pautas prioritárias para o Conama, identificou normas referentes à qualidade do ar, como a Resolução 491, que o Supremo estabeleceu prazo para ser revista. Mencionou outros temas importantes, relacionados a água, efluentes, solos, agrotóxicos, ecologia urbana, resíduos e logística reversa. Acredita que o grande desafio da logística reversa foi não ter incluído os municípios e os estados como precisava. Neste sentido, reforçou que a interligação com os governos subnacionais será crucial.
- **Suliete Gerovaz Monteiro (Ministério dos Povos Indígenas)** - Lembrou que esteve no Ibama pela primeira vez como estudante da UNB e que agora retorna como Diretora do Departamento de Justiça Climática do Ministério dos Povos Indígenas. Destacou que somente agora, após 523 anos, foi criado um Ministério dos Povos Indígenas, como uma reparação histórica. Defendeu que a proteção do meio ambiente é tema vinculado aos povos originários, que enxergam a terra de maneira diferente, sendo um espaço simbólico de espiritualidade, de continuidade da vivência, de cultura, de educação e de saúde. Enfatizou a importância da



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

demarcação das terras indígenas para o bem viver das futuras gerações, não apenas dos povos indígenas.

- **Ana Luiza Ferreira (Governo de Pernambuco)** - Relatou que o Governo de Pernambuco reforçou a Secretaria de Meio Ambiente, dando destaque à justiça ambiental. O Conama deve direcionar o olhar para a sustentabilidade com enfoque na economia, já que o Meio Ambiente tem prioridade no Governo Federal, Estadual e no setor financeiro. Destaca a necessidade de um olhar estratégico sobre a Caatinga, único bioma completamente brasileiro. Afirmou que um dos objetivos de Pernambuco é potencializar economicamente a resiliência socioambiental do bioma. A Caatinga foi vista por muito tempo com um olhar de escassez, quando, na verdade é de uma riqueza absoluta e de uma biodiversidade incrível.
- **Marília Carvalho de Melo (Governo de Minas Gerais)** – Contou que os Estados vêm se organizando por meio da ABEMA. Destacou que o estado de Minas Gerais estabeleceu como prioridade a agenda climática, tendo sido o primeiro estado a assumir o compromisso na Campanha *Race to Zero*. Afirmou que o Conama tem papel fundamental na normatização para ajudar os estados a cumprirem suas metas climáticas.
- **Marçal Fortes Cavalcante (ANAMMA Nacional)** - Agradeceu a retomada do Conama e do Sisnama, destacando a importância da participação efetiva dos municípios na tomada de decisões, pois é neles que as coisas acontecem. Ressaltou que vários Estados não aceitam a Anamma e os municípios como representantes de seus conselhos e isso precisa mudar. Propõe que o dia 17 de maio, dia em que o Conama voltou, seja considerado o dia dos Conselhos de Meio Ambiente do Brasil.
- **Rogério Menezes (ANAMMA Região Sudeste)** - Agradeceu a resistência dos servidores do Ministério. Lembrou um episódio triste, quando em 2019, na última reunião do Conama antes de sua redução, a Anamma deixou de ter assento no plenário e um conselheiro foi violentamente expulso da reunião. Depois ainda recebeu um processo contra ele, em uma denúncia contra o agredido. Agora o Conama retorna aos trabalhos, com a vitória da democracia, e os municípios estão presentes para colaborar com a construção.
- **Edmilson Rodrigues (Frente Nacional dos Prefeitos)** – Acredita que o Conama pode cumprir um papel para além da normatividade, porque o Conselho é um instrumento político dos mais respeitáveis. Pode assumir o papel de influenciar políticas públicas, produzindo propostas unificadas dentro das esferas de representações do estado, da sociedade civil e do setor produtivo. Pode assumir um papel pedagógico e as resoluções ganharão força na medida em que a capacidade de comunicação se aprimore.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Entre os temas destacados, trouxe a necessidade de constitucionalização de todos os biomas brasileiros – biomas como a caatinga e o cerrado precisam ser reconhecidos pela Constituição. Outro ponto seria pensar o Brasil como um país urbano, reconhecendo a dinâmica urbana como uma dinâmica de ecossistemas. Na Amazônia, somente Manaus e Belém têm mais de 6 milhões de habitantes. Não é possível pensar Manaus sem enfrentar o problema do saneamento básico. Por isso, acredita que é preciso agir para além da normatividade, sob risco de as coisas não avançarem.

- **Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica)** – Destacou que o Conama é um microcosmo, que ainda precisa melhorar na questão da paridade de representação, mas também dar densidade a sua diversidade. Além de reconstruir as normas de proteção ambiental, é preciso criar um arcabouço normativo para que as novas tecnologias venham acompanhadas de sustentabilidade por inteiro (e não de novas formas de destruição). Como exemplo, os parques eólicos marinhos não podem estar em cima das rotas de migração da baleia jubarte. Sugeriu que sejam pensadas etapas e metas claras de mudanças para chegar nos objetivos de um Conama do século 21. Enfatizou que os processos são tão importantes quanto os resultados que permitem construir.
- **Rafael Giovanelli (WWF Brasil)** - Lembrou da importância da atuação da sociedade civil no combate aos retrocessos dos últimos anos, inclusive com o uso de medidas judiciais. Ressaltou que a crise da biodiversidade, da poluição e climática impõem desafios sem precedentes para a humanidade, que só serão superados com o fortalecimento da democracia e com a ampliação da participação. Neste sentido, as organizações da sociedade civil celebram as ações do Conama de repensar sua composição e seu regimento interno.
- **Patrícia Boson (Confederação Nacional dos Transportes - CNT)** - Destacou que o segmento empresarial é o único que é representado por um dígito no plenário, concordando com a necessidade de se repensar a composição do conselho. Apontou que com os avanços nas tecnologias e nas agendas, o Conama precisa de novas pautas, pois apenas a pauta do comando e controle não traz os efeitos necessários. Defendeu que o Conselho assumira uma pauta positiva, de incentivo, de segurança jurídica, para que agendas como bioeconomia, mercado de carbono, pagamento por serviço ambiental e ESG possam avançar.
- **Paulo Cesar Nauiack (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC)** - Declarou convergência com a fala anterior, da CNT, para que o Conama pense uma pauta do que os conselheiros querem construir juntos. Colocou à disposição do Conselho a transversalidade e capilaridade da rede ligada à CNC, fundamental para o protagonismo nas agendas de economia circular e consumo sustentável.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Marina Silva (Presidente do Conama)** – Fez a fala de encerramento do debate, lembrando que esse seria um momento de “retomada” de muitas ações. Os povos indígenas, que fizeram a resistência presencial durante os quatro anos de apagão da política ambiental, têm falado sobre a retomada de seus territórios. Estamos vivendo a retomada dos espaços de participação da sociedade civil, das conferências de meio ambiente, adulto e infanto-juvenil, e do Conselão (Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável). Há 20 anos o governo assumiu como diretrizes: o controle e a participação social, o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente e o investimento em atividades produtivas sustentáveis. Lembrou que o Presidente Lula estabeleceu entre os cinco decretos iniciais a retomada do Conama, que terá uma agenda muito intensa.

Destacou que o combate ao desmatamento volta a ser uma prioridade, com uma diferença: o compromisso é de desmatamento zero e de controle do desmatamento em todos os biomas brasileiros. Para o apoio às atividades produtivas sustentáveis, existem instrumentos econômicos que precisam ser criados. A reforma tributária precisa dos incentivos econômicos para a agenda do “como”. É preciso um novo “como”, mas para isso precisamos evitar o que não pode ser: mineração em terras indígenas, regulação de áreas griladas, entre muitos outros. Existe um esforço do Ministério do Meio Ambiente com os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda para que todo o Plano Safra seja voltado à agricultura de baixo carbono. Vamos trabalhar uma agenda positiva para mostrar que é possível ser uma potência agrícola, mas também uma potência florestal? É possível ser o país da agricultura familiar, do extrativismo, da bioeconomia e ter um agronegócio que seja agricultura de baixo carbono.

Concluiu contando que quando tinha 8 anos de idade sua mãe foi contratada para colher feijão e disse: vou contratar duas diárias, a minha e da Marina. A mãe coletava feijão em duas carreiras ao mesmo tempo e no final do dia conseguia as duas diárias. O que estamos fazendo é a mesma coisa: trabalhando por aqueles que desmontaram a política ambiental brasileira e pelo nosso próprio dever de casa. Queremos ser um país da sustentabilidade em todas as suas dimensões, para criarmos um novo ciclo de prosperidade.

4. TRIBUNA LIVRE

- **Vanessa Negri (Governo Federal)** - Solicitou que o Conama avalie a proposta de criação de uma câmara técnica de proteção, defesa e direitos animais.
- **Eduardo Taveira (Governo Estadual)** - Destacou que a maior parte da legislação ambiental brasileira pesa sobre o exercício dos estados e tem impacto direto nos municípios, sendo fundamental garantir a participação destas instâncias no debate. Trouxe a importância de o conselho avançar não só no tema do licenciamento ambiental, mas do combate às



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

ilegalidades, a exemplo de questões relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Por fim, reforçou a necessidade de uma agenda para o desenvolvimento sustentável, especialmente na região amazônica.

- **Rogério Menezes (Governo Municipal)** - Manifestou o apoio da Anamma à solicitação de criação de uma Câmara Técnica sobre Defesa de Direitos Animais. Destacou a necessidade de se trabalhar a agenda de controle da poluição veicular, lembrando que os investimentos feitos nesta agenda são gastos evitados com saúde pública, redução de problemas respiratórios e internações hospitalares.
- **Rubens Born (Sociedade Civil e Trabalhadores)** – Chamou a atenção para a necessidade de se olhar para as populações mais vulneráveis e para todos os biomas brasileiros. Falou sobre a necessidade de se garantir que o Brasil cumpra com acordos internacionais, que dizem respeito à questão ambiental, clima, biodiversidade, substâncias químicas, eliminação de mercúrio, entre outros. Informou que a Sociedade Civil entregará requerimento solicitando a criação de um Grupo Assessor para discutir a composição do Conama, de modo a avaliar a paridade de conselheiros no conselho. Também pedem que tramite em regime de urgência a revogação da Resolução 502 e se restaure a Resolução 292, que disciplina o cadastramento e recadastramento de entidades ambientalistas no CNEA.
- **Claudio Melo Freitas (Setor empresarial)** - Destacou a importância das regulações do Conama. Defende que o caminho é regulação e simplificação de processos, desburocratizando para incentivar que todos venham a trabalhar de forma legal. Disse que defendem o desmatamento zero e para isso possuem um projeto de manejo florestal, convidando todos a conhecerem.

5. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES

- Composição do Comitê de Integração de Políticas Ambientais (CIPAM); das Câmaras Técnicas de (1) Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas e Educação Ambiental, (2) Controle e Qualidade Ambiental e Gestão Territorial e (3) Justiça Climática; e do Grupo Assessor para análise e revisão do Regimento Interno. Aprovação de proposta de criação de um Grupo Assessor para análise e revisão da composição do Conama. Os representantes e suplentes indicados se encontram em arquivo anexo.
- Foi aprovada recomendação ao Grupo Assessor sobre revisão do Regimento Interno para que considere a possibilidade de criação de uma Câmara Técnica de Direitos Animais.
- Foi aprovado regime de urgência sobre a proposta de revogação da Resolução Conama 502 e ripristinação da Resolução Conama 292 sobre o Cadastro Nacional de Entidades



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Ambientalistas, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário na próxima reunião do Conselho.

6. INFORMES E ENCERRAMENTO

- Relatórios – estão disponíveis no site do Conama:
 - Relatório sobre coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado (ano base 2021).
 - Relatório de gestão de florestas públicas (ano base 2022).
- Matérias tramitando no Conselho – as matérias que estão tramitando no Conselho serão encaminhadas à Secretaria Executiva para que possam ser devidamente encaminhadas.
- Datas propostas para as próximas reuniões: 16/08/2023 e 08/11/2023.
- A reunião foi encerrada pelo Secretário Executivo às 17h15.